



**CAMPUS BACABAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

SARA RAQUEL DUTRA RIBEIRO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais na formação dos alunos na Educação Infantil

**BACABAL-MA
2024.2**

SARA RAQUEL DUTRA RIBEIRO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais na formação dos alunos na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão – Campus Bacabal como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Prof. Orientador: Me. Vilmar Martins da Silva

**BACABAL-MA
2024.2**

Ribeiro, Sara Raquel Dutra.

Educação Inclusiva: um estudo sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais na formação dos alunos na Educação Infantil / Sara Raquel Dutra Ribeiro. - Bacabal - MA, 2024.

63 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2024.

Orientador: Prof. Me. Vilmar Martins da Silva.

1. Educação Infantil. 2. LIBRAS. 3. Inclusão. 4. Formação. I. Título.

CDU: 373.2:376-056.263

Elaborado por Anderson de Araújo Machado - CRB 13/746

SARA RAQUEL DUTRA RIBEIRO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais na formação dos alunos na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão – Campus - Bacabal como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Prof. Orientador: Me. Vilmar Martins da Silva

Data: 05/02/2025

Nota:10,0

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **VILMAR MARTINS DA SILVA**
Data: 11/06/2025 07:29:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Vilmar Martins da Silva (Orientador)

Iriane Tassila Moreira Silva
1º Examinador(a)

Felipe da Cunha Gomes
2º Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, em especial à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio incondicional, amor e incentivo ao longo de toda a minha jornada acadêmica. Sem meus familiares, este trabalho não seria possível.

À minha instituição acadêmica, que proporcionou o ambiente e os recursos necessários para o meu desenvolvimento intelectual e pessoal, contribuindo diretamente para a realização deste TCC.

Aos meus amigos, que, com sua companhia, compreensão e palavras de encorajamento, tornaram os momentos difíceis mais leves e os desafios mais suportáveis.

Ao BTS, por suas mensagens inspiradoras e pela música que me acompanhou em diversas fases do processo, renovando minha motivação e minha energia.

Ao meu orientador, Me. Vilmar Martins da Silva, cuja paciência, sabedoria e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sou profundamente grata por suas valiosas contribuições e disposição.

Por fim, quero agradecer a mim mesma, por não desistir diante das adversidades, por acreditar no meu sonho e por dar o meu melhor a cada etapa. Esse trabalho é também uma prova de minha força e dedicação.

RESUMO

Este estudo aborda a Educação Inclusiva, com foco no ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação Infantil, analisando sua aplicação na Unidade de Ensino Infantil Plim-Plim, situada em Bacabal – MA, especificamente com os alunos do Jardim 1, no turno vespertino. O estudo tem como objetivo entender a importância do ensino de LIBRAS desde os primeiros anos escolares e compreender como esse ensino na Educação Infantil contribui para a inclusão de alunos surdos e ouvintes e para o desenvolvimento social e cultural no ambiente escolar. A relevância do estudo está em evidenciar como a inclusão da LIBRAS no currículo escolar pode garantir o direito à comunicação e ao aprendizado para as crianças surdas, além de sensibilizar os alunos ouvintes para a diversidade linguística e cultural. O ensino de LIBRAS, ao promover uma educação bilíngue, fortalece a interação social, a empatia e o respeito entre as crianças. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem exploratória e descritiva, envolvendo observações em sala de aula, entrevistas com educadores e análise das interações entre os alunos surdos e ouvintes. Foram observadas práticas pedagógicas que utilizaram atividades lúdicas, como músicas e vídeos, para o ensino da LIBRAS, o que facilitou o aprendizado das crianças. A partir dos dados coletados, pode-se observar que apesar de algumas limitações, o ensino dessa língua na Educação Infantil contribui significativamente para a inclusão, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. A conclusão destaca a importância de integrar a LIBRAS de forma sistemática nas escolas para garantir a inclusão plena e a equidade de oportunidades para todos os alunos, surdos e ouvintes, na construção de um ambiente educacional mais inclusivo.

Palavras-chaves: Educação Infantil. LIBRAS. Inclusão. Formação.

ABSTRACT

This study addresses Inclusive Education, focusing on the teaching of Brazilian Sign Language (LIBRAS) in Early Childhood Education, analyzing its application at the Plim-Plim Early Childhood Education Unit, located in Bacabal – MA, specifically with the Kindergarten 1 students in the afternoon shift. The study aims to understand the importance of teaching LIBRAS from the early school years and how this teaching in Early Childhood Education contributes to the inclusion of both deaf and hearing students, as well as to the social and cultural development within the school environment. The relevance of the study lies in highlighting how the inclusion of LIBRAS in the school curriculum can ensure the right to communication and learning for deaf children, while also raising awareness among hearing students about linguistic and cultural diversity. By promoting bilingual education, LIBRAS teaching strengthens social interaction, empathy, and respect among children. The research was conducted using an exploratory and descriptive approach, involving classroom observations, interviews with educators, and analysis of interactions between deaf and hearing students. Pedagogical practices using playful activities, such as music and videos, were observed to facilitate the teaching of LIBRAS, making it easier for the children to learn. Based on the data collected, it was observed that despite some limitations, teaching this language in Early Childhood Education significantly contributes to inclusion, benefiting the cognitive, social, and emotional development of the children. The conclusion emphasizes the importance of systematically integrating LIBRAS into schools to ensure full inclusion and equity of opportunities for all students, both deaf and hearing, in building a more inclusive educational environment.

Keywords: Early Childhood Education. LIBRAS. Inclusion. Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação e capacitação para o uso da Libras.....	44
Gráfico 2 - Importância da Libras no currículo escolar.....	45
Gráfico 3 - Conhecimento para ensinar Libras.....	47
Gráfico 4 - Comunicação e aprendizado dos alunos com deficiência auditiva.....	48
Gráfico 5 - Libras para alunos surdos e ouvintes.....	50

LISTA DE SIGLAS

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

INES – Instituto Nacional de Educação

LSF – Língua de Sinais Francesa

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

LISTA DE LEIS

Lei nº 14.191/2021 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Lei nº 10. 436/2002 -Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 12.319/2010 – Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Lei nº 14.704/2023 - Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Decreto nº 5.626/2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Constituição Federal de 1988 - Inciso III do art. 208 - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

Sumário

1.INTRODUÇÃO.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1. História das pessoas surdas e suas trajetórias ao longo do tempo	15
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20
4. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	27
5. LIBRAS PARA SURDOS E OUVINTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	30
5.1 Metodologias inclusivas para o ensino da LIBRAS na Educação Infantil ...	39
6. METODOLOGIA.....	42
6.1 Procedimento de investigação	42
6.2 Instrumentos de pesquisa	42
6.3 Sujeitos da pesquisa	42
6.4 Lócus da pesquisa.....	43
6.5 Procedimento da análise.....	43
6.6 Diálogos com os resultados	43
Entrevista com as professoras e coordenadora pedagógica.....	44
A interação entre a criança com deficiência auditiva e as crianças ouvintes	52
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE.....	61

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática Educação inclusiva: um estudo sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na formação dos alunos na Educação Infantil, com foco na Unidade de Ensino Infantil Plim-Plim, localizada no município de Bacabal – MA, especificamente com os alunos do Jardim 1, do turno vespertino. O estudo deste trabalho buscou compreender a importância do ensino da LIBRAS desde os primeiros anos da educação formal, abordando sua relevância tanto para alunos surdos quanto para alunos ouvintes. A Educação Infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento das crianças, sendo o momento em que elas começam a se inserir de maneira mais ampla e consciente na sociedade, adquirindo e internalizando conhecimentos que irão moldar suas futuras interações sociais, culturais e educacionais.

A principal motivação deste estudo é destacar o papel da Língua Brasileira de Sinais na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. O ensino de LIBRAS na Educação Infantil não só atende às necessidades comunicativas das crianças surdas, mas também propicia um ambiente de aprendizagem no qual alunos ouvintes são igualmente expostos a uma nova língua, promovendo o respeito à diversidade linguística e cultural. Nesse contexto, a presença de LIBRAS no currículo escolar não se limita ao ensino de uma língua de comunicação alternativa, mas se estende ao desenvolvimento de valores como empatia, solidariedade e respeito às diferenças.

Ao considerar a educação de crianças surdas desde os primeiros anos escolares, a relevância da inclusão da Língua Brasileira de Sinais se torna ainda mais evidente. A Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) asseguram que o ensino de LIBRAS é um direito fundamental para os alunos surdos, sendo reconhecida como uma língua oficial do Brasil.

A Lei nº 14.191, sancionada em 2021, reforça a obrigatoriedade do ensino da educação bilíngue para alunos surdos, estabelecendo a LIBRAS como a primeira língua desses alunos e a Língua Portuguesa como segunda língua. Essas normativas legais enfatizam a importância de uma abordagem bilíngue, não apenas para garantir o acesso à educação de qualidade, mas também para promover uma verdadeira equidade de oportunidades no ambiente escolar.

Este trabalho se justifica pela necessidade de compreender de que maneira o ensino de LIBRAS desde a Educação Infantil pode favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, tanto surdas quanto ouvintes. A etapa da Educação Infantil é crucial para o desenvolvimento das habilidades comunicativas das crianças, e a introdução da LIBRAS nesse contexto pode potencializar esse processo, tornando-o mais inclusivo e acessível. Além disso, o trabalho aborda a importância de estratégias pedagógicas lúdicas, pois é através de brincadeiras e jogos que as crianças, especialmente nessa fase, conseguem aprender de maneira mais eficaz e prazerosa. O uso do lúdico, associado ao ensino de LIBRAS, pode transformar o processo de aprendizagem em uma experiência rica e significativa para todos os envolvidos.

No contexto específico da Unidade de Ensino Infantil Plim-Plim, situada em Bacabal-MA, este trabalho se propõe a analisar como o ensino de LIBRAS é aplicado no cotidiano escolar, observando a interação entre alunos surdos e ouvintes e como a inclusão dessa língua contribui para o desenvolvimento social e acadêmico das crianças. A escola, como espaço de socialização e aprendizado, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e respeitosos com as diversidades. Portanto, este estudo buscou investigar como a utilização da LIBRAS pode tornar o ambiente escolar mais inclusivo, possibilitando uma maior interação entre crianças com diferentes necessidades de aprendizagem.

A metodologia adotada para este estudo é a de uma abordagem exploratória descritiva, com o objetivo de entender, descrever e analisar a aplicação da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil, bem como seus impactos no desenvolvimento dos alunos. Para embasar este trabalho, foi utilizada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que assegura a oferta da educação bilíngue aos estudantes surdos na lei nº 14.191, desde a educação infantil e ao longo da vida, junto a outros autores importantes, dentre eles Augusto (2019), Mantoan (2003), Mendonça et. al (2018), Silva (2016), dentre outros. Foi-se realizado observações sobre as práticas pedagógicas, entrevistas com educadores e análise das interações entre os alunos surdos e ouvintes dentro da sala de aula.

A questão central deste estudo é: como o ensino de LIBRAS pode contribuir para a superação das barreiras de comunicação e interação das crianças surdas na escola? E por que, apesar de sua importância, a Língua Brasileira de Sinais ainda não

está integrada de forma sistemática e abrangente nas grades curriculares das instituições de ensino? Essas perguntas norteiam a pesquisa, que pretende fornecer uma análise aprofundada sobre o papel da LIBRAS como ferramenta essencial para a inclusão e o desenvolvimento social das crianças, além de examinar os desafios e possibilidades de sua implementação nas escolas.

A inclusão da Língua Brasileira de Sinais como parte do currículo escolar não se restringe à formação de crianças surdas, mas tem um impacto significativo na formação de crianças ouvintes também. Ao aprender LIBRAS, os alunos ouvintes desenvolvem maior sensibilidade para a diversidade e ampliam suas competências comunicativas. Além disso, o aprendizado de LIBRAS no contexto escolar é um primeiro passo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que valoriza as diferenças e promove a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas condições auditivas ou linguísticas.

Portanto, este trabalho visa não apenas analisar a aplicação do ensino de LIBRAS na Educação Infantil, mas também contribuir para a reflexão sobre a importância da educação bilíngue no processo de formação de cidadãos mais preparados para as demandas de uma sociedade plural e inclusiva.

A análise dos resultados deste trabalho poderá fornecer subsídios para futuras práticas pedagógicas e políticas educacionais que visem a inclusão efetiva de crianças surdas e ouvintes, garantindo a todos o direito de aprender, interagir e crescer em um ambiente escolar que respeita e valoriza as diferenças.

Este trabalho está estruturado em sete capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, que engloba a apresentação do tema, os objetivos, a metodologia e a justificativa do estudo. Do segundo ao quarto capítulo temos a fundamentação teórica, onde no segundo capítulo é abordado o contexto histórico das pessoas surdas e suas trajetórias na sociedade.

O terceiro capítulo aborda o que é Educação Inclusiva, no que o quarto irá explorar o que é a LIBRAS e a importância de sua aprendizagem para alunos surdos e ouvintes na Educação Infantil, além de como esse processo ocorre. Em sequência, o quinto capítulo metodologias para o ensino da LIBRAS na escola. O sexto capítulo detalha os procedimentos metodológicos, os instrumentos utilizados, os sujeitos da pesquisa, o lócus do estudo e a análise e interpretação dos dados coletados. Por fim,

o sétimo capítulo apresenta as considerações finais, avaliando se os objetivos do estudo foram alcançados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho aborda os principais conceitos e discussões sobre o ensino de LIBRAS na formação dos alunos na Educação Infantil. Inicialmente, apresenta-se a LIBRAS como língua oficial e instrumento de inclusão social no Brasil, seguida pela importância da Educação Infantil como etapa fundamental para o desenvolvimento integral e a promoção da inclusão. Além disso, são exploradas estratégias pedagógicas e desafios relacionados ao ensino de LIBRAS nesse contexto, estabelecendo as bases teóricas que sustentam a relevância deste estudo.

2.1. História das pessoas surdas e suas trajetórias ao longo do tempo

Ao abordarmos a importância da inclusão das pessoas surdas na sociedade, é fundamental compreender os fatos históricos que envolvem essa camada social. É necessário analisar como elas ocupavam os espaços educacionais, sociais, políticos e culturais ao longo do tempo, identificando as transformações e os desafios enfrentados. Essa análise permite compreender as mudanças ocorridas e os impactos sobre as comunidades surdas atuais. A estes eventos dar-se o nome de fatos históricos, os quais vicentino afirma que:

“A matéria prima da história são os fatos históricos, acontecimentos que possuem repercussão social, para os quais se busca uma explicação de suas causas e efeitos. A morte do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em 1954, é um exemplo de fato histórico. (...) Já o fato social é um acontecimento corriqueiro na vida de uma sociedade, que possui pequeno impacto imediato, como a morte das pessoas ou a crise financeira de alguém da comunidade.”
(1994, p.7)

Historicamente, as pessoas surdas enfrentaram diversas formas de exclusão nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Na Antiguidade, em sociedades como a Grécia e Roma, elas eram consideradas incapazes de participar da vida pública, já que a comunicação verbal era vista como essencial para a cidadania plena. Durante a Idade Média, havia a marginalização contínua sob a influência de dogmas

religiosos que interpretavam a surdez como um castigo divino, limitando ainda mais a possibilidade de inclusão.

Na antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas (Berthier, 1984, p.165).

No âmbito educacional, a exclusão dessa camada social foi particularmente marcante ao longo dos séculos. Antes do século XIX, as pessoas com deficiência eram amplamente excluídas das escolas, pois a educação era vista como um privilégio reservado àqueles considerados "aptos" para o aprendizado tradicional. Além disso, as instituições escolares não estavam preparadas para atender às necessidades específicas desses alunos, seja em termos de infraestrutura ou de metodologia pedagógica.

No caso das pessoas surdas, as barreiras eram ainda maiores devido à falta de compreensão sobre suas particularidades linguísticas e educacionais. Em muitos casos, acreditava-se que, pela ausência da linguagem oral, elas eram incapazes de aprender. De acordo com Mazzota (2005, p.16), "a falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, ignoradas". Foi apenas no final do século XVIII e início do XIX que surgiram as primeiras escolas específicas para surdos, como o Instituto Nacional de Surdos de Paris, fundado por Charles-Michel de l'Épée em 1760, que é considerado um marco na educação de surdos.

Entretanto, durante muito tempo, a educação desses indivíduos foi segregada da escola elementar convencional. Métodos como o oralismo, que enfatizavam a fala e a leitura labial em detrimento do uso de línguas de sinais, prevaleceram durante os séculos XIX e XX, o que excluía ou desvalorizava as práticas linguísticas naturais das comunidades surdas.

O Renascimento marcou o início de esforços sistemáticos na educação para surdos, como os trabalhos pioneiros de Juan Pablo Bonet, que publicou o primeiro manual voltado para o ensino da comunicação com surdos. Para ele, o ensino aos surdos deveria basear-se, primeiramente na escrita, em seguida fazer a correspondência com o alfabeto datilológico e o alfabeto escrito, por fim se ensinava a língua falada. Em 1620, publicou um livro intitulado Redação das letras e arte de

ensinar os mudos a falar. De acordo com Mazzotta (2005, p. 17-18), essa é a primeira obra impressa sobre educação de deficientes.

No campo cultural, a exclusão também foi marcante, mas, mesmo em meio a essa marginalização, pessoas surdas encontraram formas de criar comunidades. Elas desenvolveram redes de apoio e linguagens visuais que se tornaram elementos importantes de sua identidade coletiva. Embora muitas vezes impedidas de participar das manifestações artísticas convencionais, as pessoas surdas conseguiram destacar sua cultura única a partir do século XX, com o crescimento de produções artísticas, literárias e audiovisuais que valorizaram a língua de sinais e a identidade surda.

Ao longo da história, as pessoas surdas superaram inúmeras barreiras, mas também resistiram e construíram suas próprias formas de organização e expressão. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como idioma oficial em 2002, no Brasil, é um marco de avanço nessa trajetória de luta.

A visualização da língua de sinais no Brasil teve uma trajetória marcada por avanços e desafios, influenciada por contextos históricos, culturais e políticos. O ponto de partida dessa história foi a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857, no Rio de Janeiro. Este foi o primeiro espaço formal de educação para surdos no Brasil e teve um papel crucial na introdução e disseminação da língua de sinais.

O francês Eduard Huet, educador surdo, foi convidado pelo governo brasileiro para organizar o ensino de surdos no país. Ele trouxe elementos da Língua de Sinais Francesa (LSF), que se mesclaram com os sinais já utilizados pelos surdos brasileiros. Essa fusão nasceu a base do que hoje conhecemos como a Língua Brasileira de Sinais (Libras). No INES, a língua de sinais foi amplamente utilizada na comunicação e no ensino, contribuindo para a formação de uma comunidade surda e o fortalecimento de sua identidade linguística.

“No Brasil, o processo histórico da educação dos surdos teve início em 26 de setembro de 1857, durante o período imperial, no reinado do Imperador D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial n. 839, com a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (I.I.S.M.) sediado no Rio de Janeiro. Após dois anos do seu funcionamento, foi renomeado em 26 de setembro de 1859 para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), uma instituição de ensino especializado para pessoa surda” (Edivaldo e Monica, 2021, p. 20).

No entanto, com a ascensão do movimento oralista no final do século XIX e início do XX, a língua de sinais atraiu grande repressão. O Congresso de Milão, em 1880, recomendou que o ensino de surdos fosse exclusivamente oral, rejeitando o uso de sinais. Essa abordagem influenciou profundamente o Brasil, e o uso da língua de sinais foi proibido nas escolas durante décadas. Essa política excluiu muitos surdos do acesso à educação de qualidade, já que priorizava métodos que não atendiam às suas necessidades.

A revalorização da língua de sinais no Brasil começou a ocorrer a partir da segunda metade do século XX, com movimentos sociais que buscavam reafirmar a identidade e os direitos das pessoas surdas. Na década de 1980, a Comunidade Surda Brasileira começou a se organizar para promover a divulgação da Libras como um idioma legítimo e lutar por sua oficialização. Esse movimento foi impulsionado por pesquisas acadêmicas que reforçaram a importância e a complexidade linguística da Libras, além de sua eficácia na educação de surdos.

Um marco histórico foi a promulgação da Lei nº 10.436, de 2002, que reconheceu oficialmente a Libras como um idioma no Brasil, atribuindo a ela um papel fundamental na comunicação e educação de pessoas surdas. Em 2005, o Decreto nº 5.626 regulamenta essa lei, tornando obrigatório o ensino de Libras em cursos de formação de professores e em carreiras externas para o atendimento a pessoas surdas. Esse decreto também garantiu a presença de intérpretes de Libras em instituições públicas e privadas de ensino, fortalecendo a inclusão educacional.

Neste contexto, na Constituição Federal de 1988, no inciso III do artigo 208, assim como a Lei nº 8.069, de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, no inciso III do artigo 54, foi previsto como um dos deveres do Estado, a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988; 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que trata dos direitos Educacionais do Ensino Infantil ao Ensino Superior, afirma que “a educação, é dever da família e do Estado”. Especificamente na Educação Infantil, a LDB aborda o Ensino Infantil como primeira etapa da Educação Básica, onde esta objetiva incentivar o desenvolvimento de diversos aspectos da criança, como físico, psicológico, social e ainda acrescentar as atitudes tanto da família como da comunidade.

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB, 2017, p. 22).

Hoje, a Libras é extremamente reconhecida como um elemento central da identidade surda no Brasil. A luta pela sua valorização continua, mas avanços importantes vêm sendo aprimorados, especialmente na educação e no acesso à informação. A língua de sinais, que antes era vista como um obstáculo à integração social, passou a ser reconhecida como um direito linguístico e cultural essencial para as pessoas surdas no país.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida como uma língua no Brasil em 24 de abril de 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436. Essa legislação atribuiu a Libras como um meio legal de comunicação e expressão, atribuindo a ela o status de língua da comunidade surda brasileira.

No entanto, essa lei não define imediatamente como a Libras deveria ser aprovada no âmbito educacional e nos serviços públicos. Apenas em 22 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.626 regulamentou a Lei nº 10.436, estabelecendo diretrizes mais claras para a inclusão da Libras na sociedade. O referido Decreto apresenta em seu cap. III a viabilização da formação bilíngue para alunos surdos que deve ser ofertada em qualquer escola.

Dito isto, a Declaração de Salamanca é um documento internacional de grande relevância para a educação inclusiva, criado durante a Conferência Mundial de Educação para Necessidades Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em 1994. Organizada pela UNESCO, esta conferência reuniu representantes de diversos países com o objetivo de discutir políticas e práticas externas à educação de pessoas com deficiência.

[...] todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, 1994, p. 05).

A declaração tem como princípio fundamental que todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades, têm direito à educação em um sistema inclusivo. Ela destacou a necessidade de transformar sistemas educacionais para que sejam capazes de atender às diversas necessidades de todos os estudantes, promovendo equidade e inclusão. Tal declaração teve um impacto significativo na promoção dos direitos das pessoas surdas, especialmente no Brasil. Isso ocorreu porque o documento reforçou o direito de estudantes com deficiência a receberem educação de qualidade que atenda às suas necessidades específicas. No caso dos surdos, isso significa acesso à educação bilíngue – em Língua de Sinais como primeira língua e em Língua Portuguesa escrita como segunda.

A Declaração foi um marco para que governos ao redor do mundo, incluindo o Brasil, revisem suas políticas educacionais. No Brasil, ela influenciou o avanço de legislações que garantem o direito das pessoas à educação inclusiva com base na Libras, como a Lei nº 10.436/2002, que autoriza a Libras como língua oficial das comunidades surdas brasileiras e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o uso da Libras no sistema educacional e localiza a obrigatoriedade de sua inclusão na formação de professores.

Assim, a Declaração de Salamanca foi fundamental para consolidar a luta pela inclusão educacional no Brasil, funcionalmente como base para o fortalecimento dos direitos das pessoas surdas e da Libras como ferramenta de acesso ao conhecimento e à cidadania.

Esses marcos legislativos foram frutos de anos de mobilização da comunidade surda e de aliados que lutaram pelo reconhecimento e valorização da Libras como um idioma completo, com estrutura e gramática própria, essencial para a inclusão e a cidadania das pessoas surdas no Brasil.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola, como principal espaço de formação e disseminação do conhecimento, enfrenta o desafio constante de se tornar um lugar verdadeiramente inclusivo. Essa transformação implica reconhecer que, muitas vezes, a prática educacional atual ainda exclui, discrimina e separa. Ao discutir a inclusão, estamos,

na verdade, tratando da busca pela igualdade de direitos e do reconhecimento da diversidade. Mesmo em sociedades que tentam se apresentar como homogêneas, a diversidade é intrínseca à condição humana. Nenhuma sociedade é formada por pessoas iguais em todos os aspectos — seja nas crenças, nos valores ou nas experiências. Cada indivíduo é único em sua maneira de ver o mundo e de interagir com ele, e essa unicidade é o que contribui para a riqueza do coletivo.

[...] a escola inclusiva deve atender às necessidades de “todos” e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino. (Oliveira, 2012, p. 95).

Perrenoud (2000) salienta alguns fatores que dificultam a construção de um coletivo, no contexto educacional: a limitação histórica da autonomia político-administrativa do profissional da Educação e o individualismo dela consequente, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores, e até mesmo a presença frequente da prática autoritária da direção, ou coordenação do ensino.

Ademais, a escola, como uma microcultura dentro da sociedade, reflete as suas contradições e desigualdades. Os professores e alunos, ao entrarem nesse ambiente, carregam consigo as influências de um contexto social e econômico marcado pela exclusão e concentração de poder e recursos. No Brasil, as desigualdades geradas pelo modelo capitalista são exacerbadas, com uma minoria que controla grande parte da riqueza, enquanto a maior parte da população enfrenta condições de vida precárias, com rendas baixas e empregos precários. Essas disparidades não se limitam ao campo econômico; elas se estendem às condições sociais e culturais, moldando a realidade da educação.

Esse é o princípio orientador da educação inclusiva. A escola deve se guiar por esse entendimento, pois a forma como lida com a diversidade impacta profundamente o resultado do processo educativo. A implementação de um sistema educacional

inclusivo, no entanto, não é simples. Embora haja consenso sobre a importância de uma educação que acolha a todos, o cotidiano das escolas revela as dificuldades em transformar essa ideia em realidade. As contradições, as limitações e as barreiras que surgem no caminho fazem com que o que parecia um objetivo claro se torne um desafio árduo.

A Declaração de Salamanca, ao abordar as necessidades educativas especiais, destaca que uma parte significativa das deficiências é consequência direta da pobreza, da falta de informação e dos baixos padrões de saúde. Isso é agravado pelo controle das informações pelos meios de comunicação, que, em sua maioria, são concentrados nas mãos da elite e, muitas vezes, se tornam aliados do status quo, impedindo a discussão sobre as desigualdades estruturais da sociedade. O sistema escolar, por sua vez, é um reflexo disso: ele é profundamente desigual, com escolas privadas de alta qualidade acessíveis apenas a uma pequena elite, e escolas públicas subfinanciadas e desestruturadas, destinadas à grande maioria da população.

Dentro desse cenário, as diferenças que surgem nas instituições educacionais não são apenas econômicas e de classe social, mas também se manifestam em aspectos físicos, etários, culturais e no nível de aprendizagem dos alunos. Para lidar com essas diversas realidades, é necessário um sistema educacional que adote políticas específicas e currículos flexíveis, capazes de responder às variadas necessidades dos estudantes.

O Brasil, nas últimas décadas, tem avançado nessa direção, especialmente com a criação de leis voltadas para a educação inclusiva, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Essas normas estão alinhadas com os princípios da Constituição Brasileira de 1988 e com compromissos internacionais, como as Declarações de Jomtien e Salamanca, que defendem a educação como um direito universal, com base em valores como liberdade, igualdade, respeito e solidariedade.

Esses documentos reforçam a ideia de que a escola deve ser um espaço plural, democrático e inclusivo, onde as diferenças são respeitadas e a convivência entre os estudantes é estimulada, promovendo um aprendizado que valorize a diversidade e a singularidade de cada indivíduo. A inclusão não deve ser vista apenas como uma adaptação para alunos com necessidades específicas, mas como um compromisso de transformar o sistema educacional para que ele seja mais justo, equitativo e capaz

de atender a todos os estudantes, independentemente de suas características ou origens.

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Brasil, 1994, p.6).

De acordo com a professora Maria Teresa Eglér Mantoan (2003, p. 12), o modelo educacional contemporâneo enfrenta uma crise estrutural que evidencia a necessidade de mudanças profundas. A excessiva burocratização e segmentação da escola, com suas modalidades rígidas de ensino e grades curriculares padronizadas, compromete sua função essencial de formar e educar plenamente os indivíduos. Essa rigidez organizacional limita a fluidez do processo educativo, tornando-o incapaz de atender às demandas de uma sociedade em constante transformação. Nesse cenário, a inclusão se apresenta como uma proposta transformadora, uma ruptura com as bases do sistema tradicional que permite à escola expandir sua ação formadora para todos, respeitando a pluralidade e promovendo a equidade.

A inclusão não é apenas uma adaptação, mas uma mudança paradigmática que responde ao questionamento dos antigos modelos herdados da modernidade. O conhecimento, que sustenta o processo educacional, está sendo reinterpretado à luz de novos valores e perspectivas. A diversidade humana – em suas dimensões culturais, sociais, étnicas, religiosas e de gênero – emerge como um elemento essencial para entender como aprendemos e como percebemos o mundo ao nosso redor e a nós mesmos. Ignorar essa diversidade significa perpetuar um modelo excludente e limitado, incapaz de dialogar com a complexidade do universo humano.

O esgotamento do modelo educacional vigente, marcado pela repetição de práticas anacrônicas e pela falta de inovação, cria um vácuo que, paradoxalmente, abre espaço para transformações. É nesse contexto que a crise deixa de ser um obstáculo e se torna uma oportunidade para repensar a educação. A escola precisa se reconfigurar como um ambiente que valoriza as diferenças e que é capaz de abraçar novas ideias, adaptando-se às necessidades de um mundo plural. Somente assim poderá cumprir seu papel de formar cidadãos críticos, criativos e conscientes, preparados para atuar em uma sociedade em constante mudança.

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (Mantoan, Maria Teresa Eglér. 2003, p. 12).

Diante disto, faz-se importante compreender o que é inclusão e integração. Os conceitos de "integração" e "inclusão" possuem significados relacionados, mas representam abordagens distintas no contexto educacional, com fundamentos teóricos e metodológicos diferentes. A integração refere-se a um processo de inserção que se baseia na ideia de adaptação do aluno às estruturas educacionais existentes, permitindo-lhe transitar entre diferentes modalidades de ensino, como classes regulares, escolas especiais ou outras formas de atendimento segregado. Essa abordagem surgiu a partir do princípio de normalização, que busca oferecer às pessoas com deficiência condições de acesso às atividades e experiências da vida cotidiana de forma semelhante às demais.

Historicamente, os movimentos pela integração de crianças com deficiência tiveram origem nos Países Nórdicos, em 1969, como uma crítica às práticas de segregação social e escolar. Nesse modelo, a inserção dos alunos ocorre por meio de um sistema que oferece múltiplas possibilidades de atendimento educacional, abrangendo desde a permanência em salas regulares até o ensino em espaços especializados. No entanto, essa estrutura mantém características de separação, visto que prevê a existência de serviços educacionais específicos para grupos determinados, perpetuando, de certa forma, a ideia de segmentação.

O MEC destaca que:

“o que tem acontecido em nome dessa suposta socialização, é uma espécie de tolerância da presença do aluno em sala de aula e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja frequentando um ambiente escolar comum” (Brasil, 2006, p. 73).

A integração, portanto, promove a inclusão parcial, pois, embora possibilite o acesso ao sistema escolar, ainda opera dentro de um paradigma que diferencia e categoriza os alunos conforme suas necessidades. Essa abordagem pressupõe que o indivíduo se adapte à escola, em vez de transformar a escola para atender a diversidade dos estudantes. Nesse sentido, a integração, ao contrário da inclusão, não rompe totalmente com a lógica da segregação, pois mantém espaços e práticas que distinguem os alunos com base em suas características específicas.

Essa distinção evidencia a necessidade de avançar para um modelo educacional verdadeiramente inclusivo, no qual a diversidade seja plenamente acolhida e integrada como parte do processo formativo, sem separações ou hierarquizações. A inclusão ultrapassa o princípio de normalização e busca construir uma escola capaz de se adaptar às diferenças, promovendo a igualdade de oportunidades e o reconhecimento de todos os alunos como participantes ativos de um mesmo ambiente de aprendizado.

Partindo desse pressuposto, a educação especial é um conjunto de práticas pedagógicas voltadas para o atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas, geralmente aquelas que não podem ser atendidas adequadamente pelo sistema educacional tradicional. Essas necessidades podem estar relacionadas a deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, transtornos de aprendizagem, entre outras condições que exigem abordagens diferenciadas para garantir que o aluno tenha acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas particularidades.

No entanto, a transição do discurso político sobre inclusão educacional para a prática pedagógica tem se mostrado um grande desafio, principalmente quando se trata de definir claramente a responsabilidade de cada envolvido nesse processo. Muitas vezes, surge a dúvida sobre quem deve realmente ser o principal responsável por implementar a inclusão nas escolas: seria o professor, que tem o contato diário com os alunos, o responsável por responder às expectativas educacionais e cumprir as metas estabelecidas? Ou, ao contrário, a responsabilidade deve ser compartilhada com a gestão escolar, as políticas públicas e os demais profissionais que compõem o sistema educacional?

Segundo o desabafo da professora Maria Teresa Eglér Mantoan:

A verdade é que o tempo vai passando e, infelizmente, não estamos conseguindo encontrar uma direção que nos leve diretamente ao que nos propõe a inclusão nas escolas. Os motivos variam muito, mas estão, no geral, relacionados ao preconceito, à força das corporações que atuam em relação às pessoas com deficiência, à ignorância dos pais, às políticas educacionais, que neutralizam todo tipo de desafios que as escolas têm de enfrentar para aprimorarem suas práticas, a uma interpretação retrógrada de educação especializada, que substitui e não complementa o ensino regular. Portanto, há muito a fazer, no sentido de que a inclusão escolar possa ser entendida e posta em ação nos sistemas de ensino público governamental e privado. O tempo passa e não podemos continuar perpetuando as injustiças cometidas pela educação formal, ao definir o aluno ideal e ao discriminar os demais, por não se encaixarem nesse modelo (Brasil, 2006, p. 4).

Nos ambientes educacionais tradicionais, muitos professores e escolas alegam que não estão preparados para receber alunos com necessidades educacionais especiais. Muitos deles se sentem incapazes de atender adequadamente alunos com deficiências auditivas, visuais, intelectuais ou físicas. A falta de estrutura mínima, de formação específica e de recursos adequados gera insegurança e uma sensação de impotência diante dos desafios impostos pela diversidade dos alunos. Sem o suporte necessário, esses educadores frequentemente adotam uma postura passiva, de indiferença, fazendo muito pouco ou, em alguns casos, nada, para promover a inclusão desses alunos no ambiente escolar.

Essa realidade expõe uma falha na implementação de políticas inclusivas que deveriam envolver uma rede de apoio, capacitação contínua dos profissionais da educação e uma estrutura escolar capaz de oferecer os recursos e ferramentas necessárias para garantir que todos os alunos, sem exceção, possam aprender de forma igualitária. A inclusão não pode ser responsabilidade única do professor, mas requer um esforço coletivo, que envolva toda a comunidade escolar, incluindo gestores, educadores, profissionais de apoio e, claro, as políticas públicas que devem ser eficazes na criação de condições para uma educação realmente inclusiva.

O ensino especial é um direito do aluno e que está garantida pela Constituição Brasileira de 1988 e por legislações específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, e a Política Nacional de Educação Especial. A LDBEN afirma que a educação deve ser oferecida a todos, sem qualquer tipo de discriminação, incluindo pessoas com deficiência. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, reforça o direito à educação inclusiva, enfatizando que as pessoas com deficiência devem ter acesso a um sistema educacional que promova sua participação plena e efetiva na sociedade.

O ensino especial, desde a Constituição de 1988, deixou de ser substitutivo do ensino regular e passou a ser um complemento da formação dos alunos com deficiência. A educação especial deve então ministrar o atendimento educacional especializado a todos os alunos com deficiência, que dele necessitarem, de forma complementar e em turno oposto àquele que eles frequentam na escola. E ensino especial como modalidade de ensino, perpassa todos os níveis escolares e deve acompanhar o aluno, desde a Educação Infantil à universidade (Brasil, 2006, p. 39).

É importante destacar que a educação especial não é sinônimo de segregação. Embora historicamente a educação especial tenha sido associada a escolas separadas ou classes especiais, o modelo atual é mais centrado na ideia de educação

inclusiva, que busca garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, possam aprender juntos no ambiente regular de ensino. A educação especial, então, deve ser entendida como uma prática complementar à educação inclusiva, oferecendo apoio especializado quando necessário, mas sempre com o foco na integração e na convivência entre todos os alunos, sem exclusão.

4. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua visual-gestual amplamente utilizada pela comunidade surda no Brasil como sua principal forma de comunicação. Diferente das línguas orais, que dependem de sons para a transmissão de significados, a Libras utiliza movimentos das mãos, expressões faciais, postura corporal e o uso do espaço ao redor do corpo como seus elementos principais. Ela é uma língua completa, com estrutura gramatical própria e regras específicas que permitem expressar desde conceitos simples até ideias complexas.

Neto menciona que:

“A Língua de Sinais, assim como a língua falada, é composta por sua própria gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos que preenchem os requisitos básicos para ser considerado um processo linguístico visualmente que é diferente da língua de ouvintes em suas estruturas” (Neto, 2019, p. 24).

Sua gramática é única e independente do português, ainda que ambos os idiomas coexistam no cotidiano de pessoas surdas e ouvintes. Por exemplo, a construção de frases em Libras segue uma lógica própria, muitas vezes distinta da ordem usada no português. Além disso, a língua se estrutura por meio de cinco características fundamentais: a configuração das mãos, o ponto de articulação no corpo ou no espaço, o movimento realizado pelas mãos, a orientação das palmas e as expressões corporais e corporais, que adicionam nuances e contexto às mensagens.

“Sua modalidade é a gestual-visual, porque utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Assim, ela diferencia-se da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva, caracterizada por utilizar como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos” (Rocha, Lima e Queiroz, 2018, p. 44).

A Libras surgiu de um processo histórico que envolveu a interação entre sinais usados por surdos brasileiros e influências externas, como a Língua de Sinais Francesa, trazida ao Brasil por Eduard Huet, um educador surdo francês, no século XIX. Com o tempo, esses sinais se consolidaram como um sistema linguístico próprio, adaptado à cultura e às necessidades da comunidade surda brasileira. Contudo, a Libras passou períodos de repressão, especialmente durante a hegemonia do método oralista, que priorizava a fala e desencorajava o uso de sinais, resultando em grandes prejuízos educacionais e culturais para as pessoas surdas.

O reconhecimento oficial da Libras como língua ocorreu somente em 2002, por meio da Lei nº 10.436, que atribuiu seu status como um meio legal de comunicação e expressão no Brasil. Esse reconhecimento foi um marco na luta pelos direitos da comunidade surda, pois garantiu a legitimidade da Libras como uma língua completa e essencial para a inclusão social.

Em 2005, o Decreto nº 5.626 regulamenta essa lei, determinando a obrigatoriedade do ensino de Libras em cursos de formação de professores e fonoaudiólogos, além de estabelecer sua presença em instituições de ensino e serviços públicos por meio de intérpretes. Essa legislação não apenas assegurou o uso da Libras no contexto educacional, mas também reafirmou o direito das pessoas surdas a uma educação bilíngue, onde a Libras é a língua principal e o português escrito é ensinado como segunda língua.

A importância da Libras vai muito além de ser apenas um meio de comunicação. Ela é um símbolo de identidade e da cultura da comunidade surda brasileira, representando uma conquista histórica e um instrumento de resistência contra a exclusão. A língua permite que surdos não apenas se comuniquem, mas também se reconheçam enquanto grupo social com características únicas, fortalecendo sua autoestima e cidadania.

Além disso, a Libras promove uma interação entre surdos e ouvintes, derrubando barreiras linguísticas e fomentando uma sociedade mais inclusiva, principalmente se trabalhada desde cedo. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), citado por Lima (2006, p. 26), “a aquisição da Libras desde a tenra idade possibilita às crianças surdas maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades”.

A Libras deve ter relevância como pauta social porque é um instrumento essencial para garantir os direitos das pessoas surdas, promovendo igualdade de oportunidades, acessibilidade e inclusão. Sua valorização vai além da comunicação, pois reconhecê-la identidade como uma língua legítima é afirmada a cultura da comunidade surda. Quando uma sociedade adota a Libras, ela não só combate o preconceito e a exclusão histórica enfrentada pelas pessoas surdas, mas também cria espaços de convivência mais igualitários e acolhedores.

O impacto da Libras na sociedade é significativo porque possibilita a integração plena das pessoas surdas em diversas esferas, como educação, trabalho, cultura e saúde. No ambiente educacional, por exemplo, a presença da Libras como língua de instrução promove o aprendizado de qualidade e garante que os surdos possam desenvolver suas habilidades cognitivas e sociais em igualdade de condições com seus pares ouvintes. No mercado de trabalho, a acessibilidade comunicacional proporcionada pela Libras amplia as oportunidades de emprego, permitindo que pessoas surdas contribuam com suas competências e talentos. Além disso, nos serviços públicos e no sistema de saúde, o uso da Libras garante que os surdos possam expressar suas necessidades e acessar seus direitos, evitando barreiras que comprometam sua cidadania.

As interações promovidas pelo uso da Libras também desempenham um papel crucial na inclusão social. Quando os ouvintes aprendem Libras e interagem com a comunidade surda, criam-se pontes de entendimento e respeito mútuo, que ajudam a desconstruir estereótipos e preconceitos. Essas interações não apenas beneficiam os surdos, mas também transformam a sociedade como um todo, ao promover a empatia e a diversidade. Em ambientes inclusivos, todos os indivíduos, independentemente de sua condição, têm a oportunidade de contribuir e participar ativamente, enriquecendo os espaços sociais, culturais e profissionais.

Ao tratar a Libras como uma pauta social relevante, a sociedade dá um passo importante para considerar que a inclusão não é apenas um dever ético, mas também um fator de desenvolvimento coletivo. A valorização da Libras evidencia o compromisso com a construção de um ambiente mais justo, onde as diferenças não são vistas como barreiras, mas como oportunidades para aprender e crescer juntos. Desta forma, o fortalecimento da Libras na esfera pública contribui para uma sociedade mais acessível, diversa e verdadeiramente inclusiva.

5. LIBRAS PARA SURDOS E OUVINTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A integração da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS na Educação Infantil é essencial desde os primeiros passos. Muitas vezes, o uso da LIBRAS só é considerado quando a escola recebe um aluno necessitando de um intérprete. No entanto, para enfrentar os desafios que as crianças surdas enfrentam na infância, é vital que educadores e familiares ofereçam uma atenção dedicada. No contexto escolar, os professores/intérpretes devem elaborar estratégias interativas que estimulem o desenvolvimento completo da criança surda.

Segundo Damásio:

O estudo da educação de pessoas surdas está associado não só aos aspectos que de certa forma caracterizam suas limitações e potencialidades, mas também, cabe ressaltar que os preconceitos presentes nos diversos contextos sociais ainda existem (Damásio 2007, p. 45).

Na Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 acometida aos intérpretes de LIBRAS, está disposto no artigo 6º as atribuições do tradutor e intérprete em relação aos alunos:

I – Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e cegos, surdos- cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice e versa;

II– Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didáticas – pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino.

De acordo com a legislação atual, é incumbência do intérprete promover práticas interativas entre alunos surdos e ouvintes. Esse processo, sobretudo na Educação Infantil, deve ser conduzido de maneira lúdica e cativante, buscando expandir a compreensão das crianças em relação aos colegas surdos e fomentar interações por meio da Língua Brasileira de Sinais.

No âmbito educacional, a inclusão de alunos surdos em salas de aula mistas frequentemente ocorre sem a devida preparação dos profissionais envolvidos. A carência de educadores familiarizados com a Língua e Cultura Surda é notável. Embora a presença de intérpretes atenua a situação, ela não a soluciona integralmente. Diante desse cenário, os alunos surdos frequentemente são privados

da oportunidade de aprender sua própria Língua (a língua de sinais) e, por conseguinte, enfrentam desafios ao assimilar o conteúdo curricular exigido.

O autor Novais (2014) visa trazer à tona uma realidade impactante, ainda subestimada, em relação à importância da Libras. Ela é uma das poucas vias disponíveis para alunos surdos interagirem com colegas ouvintes no ambiente escolar, especialmente devido à falta de conhecimento dos profissionais nessa área. Frequentemente, escolas tradicionais acabam isolando conhecimentos em vez de destacar suas interconexões, resultando em exclusão de diversas maneiras, notadamente através das divergências entre expectativas e padrões impostos.

A inclusão de alunos surdos ainda é um ponto de discordância. Alguns veem escolas de ensino especial como segregadoras, levando à crescente isolamento de alunos e resultados insatisfatórios. No entanto, para outros, essas escolas podem ser plataformas para elevar a comunidade surda, sua cultura e identidade. “O enfoque é criar um ambiente de aprendizado linguístico eficaz para estimular o desenvolvimento cognitivo da criança (Kubaski & Moraes, 2009, p.14)”.

Deste modo, refletir sobre o ensino da LIBRAS na Educação Infantil é essencial para uma educação mais inclusiva. A interação entre crianças surdas e ouvintes durante o aprendizado é valiosa para ambos, com auxílio de profissionais especializados em LIBRAS. Essa abordagem de inclusão e aprendizado facilita a assimilação de conteúdo e promove um entendimento profundo entre os alunos.

Grandes ações devem ser desenvolvidas na escola para a interação das crianças surdas com ouvintes. A comunicação nesse momento é o fator mais relevante e a criança surda aprende a Língua Portuguesa com a criança ouvinte e a criança ouvinte aprende LIBRAS com a criança surda (Portal MEC, 2005, p. 24).

A colaboração entre estudantes surdos e ouvintes se fortalece como recurso de aprendizagem quando ambos participam de atividades recreativas que valorizam a autenticidade da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Em outras palavras, o bilinguismo pode ser promovido por meio de jogos e iniciativas interativas que incentivam o compartilhamento de experiências entre esses alunos.

Com a presença de alunos surdos, a escola deve estar preparada para implementar práticas inclusivas que estimulem o desenvolvimento da criança em sua totalidade e favoreçam a integração no ambiente escolar. Nesse contexto, a parceria

com os professores é essencial para oferecer uma educação baseada na língua materna dos alunos surdos: a LIBRAS.

O planejamento escolar para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) desde a Educação Infantil desempenha um papel essencial, tanto como primeira língua para crianças surdas quanto como segunda língua para crianças ouvintes. Essa abordagem metodológica é baseada na realidade e no contexto dos alunos ao ingressarem na escola, exigindo constantes adaptações em estratégias lúdicas para atender às necessidades específicas de cada grupo e promover uma educação inclusiva e significativa.

No contexto de atividades voltadas para surdos, há uma diversidade de temas ricos e relevantes, como aspectos familiares, eventos históricos, datas comemorativas, lendas, fábulas, contos e narrativas infanto-juvenis. Esses conteúdos são trabalhados por meio de práticas variadas, incluindo movimentos expressivos, jogos com regras, jogos imaginativos e miméticos, além de atividades teatrais de caracterização e personificação.

O uso de máscaras, figurinos, objetos do cotidiano e materiais reciclados também enriquece essas atividades, resultando em apresentações cênicas, como esquetes, histórias ou piadas sinalizadas, pantomimas e espetáculos teatrais. Essas práticas, conforme destacado por Lulkin (2006, p. 37-38), não apenas estimulam a criatividade, mas também promovem a interação e o aprendizado bilíngue.

As atividades lúdicas, desenvolvidas por meio do brincar, facilitam a integração entre surdos e ouvintes, criando um ambiente mais dinâmico e colaborativo. Como a LIBRAS é uma língua visual, essas atividades metodológicas oferecem um caminho natural para a compreensão do ambiente escolar. Lulkin sugere que expressões faciais desempenhem um papel central em diversas etapas dessas interações, destacando a importância da linguagem corporal e do olhar como elementos essenciais para a comunicação.

De acordo com Silva (2016), as crianças podem participar de dramatizações de histórias, explorar sua criatividade por meio de desenhos ou relatar experiências utilizando a Língua de Sinais. Além disso, a mediação com brinquedos disponibilizados pelos professores amplia as possibilidades pedagógicas. Essas atividades permitem:

- Sinalizar e descrever características de brinquedos e objetos em jogos de adivinhação é uma experiência interessante para estimular as expressões faciais e corporais, além da estruturação das primeiras narrativas em LIBRAS.
- Os fantoches são ótimos instrumentos para a compreensão das regras e a participação nas brincadeiras de faz de conta, mas como sua utilização ocupa as mãos, dificultando a realização dos sinais, é oportuno utilizá-los com crianças mais velhas, que, pela maior fluência em LIBRAS, poderão sinalizar com uma das mãos e com a outra segurar o fantoche.
- Com máscaras, indumentárias e outros objetos estimular jogos de representação, imitação de ações de um personagem de uma história infantil, de modo a estimular o universo imaginário do faz de conta e potencializar as narrativas em LIBRAS.
- Além dos brinquedos convencionais, há a possibilidade de criação de novos brinquedos, utilizando materiais diversos como papéis coloridos, retalhos, caixas de garrafas pet, embalagens etc (Silva, 2016. P.54).

Como mencionado, o autor apresenta diversas opções de atividades lúdicas que promovem a interação entre alunos surdos e ouvintes no contexto da introdução à Língua de Sinais – LIBRAS na Educação Infantil. É notável que os recursos empregados envolvem objetos e brincadeiras familiares do universo infantil, havendo adaptações metodológicas no momento da atividade. O professor pode fazer uso do que está disponível para ele e abordar os alunos de forma holística, permitindo que todos obtenham um entendimento interconectado das diferentes formas de linguagem.

O ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para alunos surdos e ouvintes na Educação Infantil envolve um processo altamente criativo, pois o professor deve constantemente se reinventar diante das mudanças que ocorrem em sua realidade, em consonância com os princípios de aprendizagem de seus alunos. A LIBRAS é uma jornada pela qual o aluno aprende a se comunicar por meio das mãos. É fundamental evitar qualquer noção de que o ensino ou a aprendizagem dessa língua seja superficial no contexto da sala infantil. De fato, é na infância que os alunos são mais receptivos para adquirir conhecimento de maneira eficaz.

Faz-se indispensável favorecer que o professor regente junto com o professor Surdo e o intérprete de Libras conheça as especificidades que envolve as bases de aquisição da língua e da linguagem para criança surda, adquirindo meios, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento do ensino dentro do contexto educacional inclusivo. (Alves, 2019, p. 5)

Essa colaboração entre profissionais requer não apenas um entendimento aprofundado dos processos de aquisição e desenvolvimento da LIBRAS como língua materna, mas também a habilidade de integrar práticas bilíngues que atendam às necessidades dos alunos. Para isso, é fundamental que o professor regente esteja apto a adaptar metodologias, enquanto o professor surdo contribui com sua vivência

cultural e linguística e o intérprete assegura a mediação comunicativa entre os diferentes atores do ambiente escolar.

Quando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é introduzida no ambiente escolar, tanto para crianças surdas quanto para ouvintes, ela se torna um recurso essencial de inclusão e aprendizado. A ludicidade, nesse contexto, assume um papel fundamental, pois as crianças, ao interagirem por meio de jogos, brincadeiras e atividades criativas, aprendem de forma leve e natural.

Esse processo é especialmente importante na Educação Infantil, uma etapa crucial para o desenvolvimento integral, onde a interação e o brincar são meios privilegiados para a construção de conhecimentos. A integração da Libras e da Língua Portuguesa no ambiente educativo permite que a sala de aula seja um espaço verdadeiramente bilíngue, garantindo que as duas línguas oficiais do Brasil se apresentem no cotidiano das crianças.

Essa aprendizagem bilíngue deve incluir desde a apresentação do alfabeto até a identificação de objetos presentes na sala e na escola, criando um ambiente onde ambas as línguas coexistem e são valorizadas. Cabe ao professor planejar estratégias e metodologias que favoreçam o ensino da Libras de forma dinâmica e acessível. Entre essas estratégias, destacam-se atividades lúdicas, contação de histórias, uso de materiais visuais e livros bilíngues que promovem a interação entre crianças surdas e ouvintes. Esses recursos possibilitam que o aprendizado aconteça de forma inclusiva, respeitando as diferenças e garantindo que todas as crianças, independentemente de suas condições, possam participar e se beneficiar.

A professora e o professor necessitam articular condições de organização dos espaços, tempos, materiais e das interações nas atividades para que as crianças possam expressar sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no desenho e em suas primeiras tentativas de escrita (Brasil, 2009, p. 14).

A Educação Infantil é a base da Educação Básica e enfatiza sua importância no desenvolvimento físico, psicológico e social das crianças, além de destacar a participação ativa das famílias e da comunidade nesse processo. A base legal para essas práticas está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a educação como um dever da família e do Estado.

A aprovação da LDB representou um avanço significativo ao considerar a necessidade de abordagens educacionais adequadas às diferentes fases do desenvolvimento infantil. Essa legislação, conforme aos princípios de inclusão, reforça o compromisso com a construção de uma escola que acolhe e valoriza a diversidade, preparando o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, a introdução da Libras na Educação Infantil não apenas cumpre uma exigência legal, mas também promove o respeito às diferenças e a convivência harmoniosa entre crianças surdas e ouvintes desde os primeiros anos escolares.

A inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto escolar é cercada por desafios que refletem a ausência de uma obrigatoriedade curricular para seu ensino nas instituições de ensino brasileiras. Conforme apontado por Mendonça et al. (2018, p. 11), “posto isso, vale ressaltar que, embora a Constituição afirme ser fundamental a presença de tradutores e intérpretes de Libras nas instituições de ensino, o ensino de Libras não é componente curricular obrigatório”. Esse cenário evidencia uma lacuna significativa nas políticas educacionais, uma vez que a falta de exigência para a inclusão da Libras no currículo exige o direito à educação inclusiva e equitativa, sobretudo para alunos surdos.

Essa ausência impacta diretamente os alunos surdos, que muitas vezes não têm acesso à sua língua materna, a Libras, durante os anos iniciais de sua formação educacional. Essa privação linguística pode dificultar o desenvolvimento cognitivo e social dessas crianças, prejudicando também sua interação com o mundo ao seu redor. Simultaneamente, a falta de exposição dos alunos ouvintes à Libras no ambiente escolar limita o potencial de interação e convivência entre surdos e ouvintes. Essa barreira contribui para a segregação e para a perpetuação de preconceitos e estigmas relacionados à comunidade surda, reforçando uma dinâmica excludente no espaço escolar.

A ausência da Libras no currículo vai além da esfera pedagógica; ela revela uma negligência em relação à construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A interação entre crianças surdas e ouvintes, mediada pela Libras, tem o potencial de enriquecer o ambiente escolar, promovendo o respeito à diversidade e o aprendizado mútuo. Por isso, a implementação de políticas que tornem o ensino de Libras obrigatório em todas as escolas, para surdos e ouvintes, é essencial para preencher essa lacuna e garantir que a educação cumpra seu papel transformador.

É crucial conferir à Língua Brasileira de Sinais a mesma importância que é atribuída à Língua Portuguesa, como destacado por Augusto:

“Assim como uma criança sem problemas auditivos precisa aprender uma língua para conseguir se expressar e compreender o que acontece à sua volta, com a criança surda isso não é diferente”. Desta maneira, a Libras tende a ser prioridade no ensino aos surdos, considerando, que “é o idioma materno dela e o português será sua segunda língua” (Augusto, 2019, p. 11).

O profissional responsável pelo ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) com abordagem inclusiva tem como objetivo não apenas transmitir o conhecimento linguístico, mas também proporcionar um ambiente acolhedor que favoreça o aprendizado dos alunos surdos. Esse trabalho vai além da simples instrução; ele busca consolidar a Libras como a língua principal dos estudantes surdos, permitindo que eles desenvolvam plenamente suas habilidades comunicativas e cognitivas. Paralelamente, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua (L2) é demorado de formar a capacidade dos alunos a interpretar textos escritos e acessar conteúdos educacionais, garantindo que eles possam transitar entre os dois idiomas de forma eficiente.

A inclusão educacional, no entanto, não se resume à criação de leis ou à garantia da matrícula e à presença das crianças na escola. Além disso, ela exige a adoção de práticas pedagógicas e estratégias que realmente contribuam para o aprendizado e o desenvolvimento infantil. Baseando-se nas diretrizes e bases da educação nacional, o foco deve estar em garantir que o direito fundamental à educação seja concretizado de maneira eficaz. Para os alunos surdos, isso significa ir além do cumprimento formal das normas, implementando alternativas que considerem suas especificidades linguísticas e culturais. Nesse sentido, a Libras desempenha um papel central, não sendo apenas um recurso pedagógico, mas um elemento fundamental para garantir a igualdade de oportunidades.

Como destacado por Torres, Cruz e Henrique (2019, p. 125), “a educação das crianças surdas vem sendo discutida há muito tempo, ganha forças devido às leis que ampliam a educação inclusiva”. Essas legislações têm sido importantes para fortalecer os direitos dos surdos no âmbito educacional, mas o desafio persiste em sua aplicação prática. A efetivação de uma educação inclusiva de qualidade requer a formação de profissionais capacitados, a disponibilização de recursos profissionais e a criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a interação entre surdos e

ouvintes. Dessa forma, a inclusão não é apenas um ideal, mas um processo contínuo que busca transformar a escola em um espaço onde todos possam aprender e se desenvolver de forma completa, respeitando suas diferenças e potencializando suas capacidades.

O bilinguismo no ambiente escolar oferece novas oportunidades para a interação entre crianças surdas e ouvintes, proporcionando uma inclusão de forma efetiva desde a Educação Infantil. Esse modelo valoriza a individualidade da criança surda e garante que sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), seja introduzida de maneira acessível e significativa.

Conforme aponta Lodi (2013, p. 54), “o desenvolvimento de linguagem/apropriação da Língua Brasileira de Sinais pelos alunos surdos nos primeiros anos escolares é assegurado e, por conseguinte, garante-se uma base educacional sólida, uma vez que esta é desenvolvido em uma língua acessível aos alunos”. A partir dessa base sólida, é possível proporcionar não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a integração social e o desenvolvimento pleno das crianças surdas.

A inclusão efetiva não se resume a inserir crianças surdas em escolas regulares; ela envolve o compromisso em oferecer um ambiente educacional verdadeiramente acolhedor e equitativo. De acordo com Silva, Modesto e Fukui (2019), a inclusão depende de um trabalho pedagógico que valorize as potencialidades de cada aluno e respeite suas especificidades durante o processo de aprendizagem.

Nesse contexto, o papel do professor é fundamental para destacar as facilidades e superar as barreiras existentes, garantindo que todos os alunos possam aprender juntos. Além disso, a socialização entre surdos e ouvintes no espaço escolar precisa ocorrer de forma natural, promovendo respeito às diferenças e desconstruindo preconceitos.

A integração da Libras na Educação Infantil é essencial para que a inclusão aconteça de forma significativa. O uso da língua de sinais em sala de aula cria um espaço de aprendizado e convivência onde as crianças surdas podem se expressar livremente e participar das atividades escolares. Para os alunos ouvintes, a presença da Libras é uma oportunidade de ampliar sua visão de mundo, aprender a se comunicar com seus colegas surdos e a compreender que as diferenças não são

barreiras, mas sim características que enriquecem as relações humanas. Essa convivência, quando livre de preconceitos, promove empatia, acessibilidade e um respeito genuíno pelas particularidades de cada indivíduo.

No entanto, a educação de surdos ainda enfrenta desafios inovadores, muitas vezes oscilando entre avanços legislativos e a persistência de práticas excludentes. É indispensável que tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa sejam introduzidas de maneira equilibrada, garantindo que as crianças surdas não sejam prejudicadas em sua língua materna enquanto desenvolvem competências na segunda língua. Esse processo requer planejamento cuidadoso e o compromisso de toda a comunidade escolar em criar um ambiente bilíngue e inclusivo.

A convivência entre crianças surdas e ouvintes, mediada pelo uso da Libras, contribui não apenas para o aprendizado mútuo, mas também para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos. Enquanto as crianças se sentem valorizadas e aceitas, os ouvintes desenvolvem habilidades sociais e emocionais importantes, como empatia e capacidade de lidar com as diferenças. Esse ambiente educacional inclusivo molda uma sociedade mais justa e diversa, onde todos têm a oportunidade de participar e contribuir igualmente.

Quanto à incorporação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS na Educação Infantil:

[...] é imprescindível que o sujeito surdo tenha oportunidades iguais a qualquer outro sujeito e isto somente acontecerá se lhe for permitido à aprendizagem de uma língua que lhe proporcione esta interação com a sociedade, [...]outro fator importante para esta interação que é a convivência com a comunidade surda que tem muita importância no desenvolvimento da identidade, pois nessa comunidade a língua de sinais ocorre de forma espontânea e efetiva e todo sujeito precisa interagir em seu meio, apropriar-se de sua cultura e de sua história, e formar sua identidade por intermédio do convívio com o outro. (Silva: Modesto; Fukui, 2019, p. 56).

A partir das ideias apresentadas pelos autores, conclui-se que o bilinguismo no ambiente escolar é uma ferramenta essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. A integração da Libras como língua materna das crianças surdas, juntamente com o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, não apenas fortalece a base educacional desses alunos, mas também promove uma

convivência enriquecedora entre surdos e ouvintes. Essa abordagem permite que o aprendizado vá além do aspecto acadêmico, tornando-se um instrumento para a formação social, o respeito às diferenças e a desconstrução de preconceitos.

A inclusão efetiva exige o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo educacional. É necessário criar um ambiente acolhedor e equitativo, onde o papel do professor é central para valorizar as potencialidades de cada aluno e eliminar barreiras ao aprendizado. A convivência entre surdos e ouvintes mediada pela Libras amplia horizontes, desenvolve habilidades sociais como empatia e acessíveis e promove uma interação que enriquece tanto os indivíduos quanto a coletividade.

Apesar dos avanços, o desafio persiste em equilibrar a introdução da Libras e da Língua Portuguesa, garantindo que uma criança surda seja respeitada em sua identidade linguística enquanto desenvolve novas competências. É indispensável que políticas educacionais e práticas pedagógicas estejam homologadas para garantir que a educação inclusiva se torne uma realidade transformadora.

Em suma, a adoção do bilinguismo no contexto escolar não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia para formar cidadãos mais conscientes, solidários e preparados para viver em uma sociedade diversa. Por meio da educação bilíngue, criamos um espaço onde todos, independentemente de suas diferenças, têm a oportunidade de aprender, crescer e contribuir para um mundo mais igualitário e inclusivo.

5.1 Metodologias inclusivas para o ensino da LIBRAS na Educação Infantil

A implementação de metodologias inclusivas para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação Infantil é um passo essencial para promover a inclusão social e educacional de crianças surdas e ouvintes. Nessa etapa de formação, caracterizada pelo desenvolvimento inicial de habilidades cognitivas, linguísticas e sociais, é indispensável utilizar abordagens pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a interação entre diferentes grupos. A adoção de metodologias inovadoras e adaptadas ao universo infantil permite que a LIBRAS seja aprendida de forma lúdica e significativa, contribuindo para a formação de uma comunidade escolar mais inclusiva.

Pensar em um ambiente de inclusão para o aluno surdo seria pensar em um ambiente onde o mesmo fosse capaz de interagir com todos, nos momentos que achasse oportuno para favorecer seu desenvolvimento; um ambiente onde as metodologias fossem pensadas para o aluno com surdez levando em consideração seu modo de percepção do mundo através de sua língua e também um ambiente onde ele não sofresse o preconceito de ser deixado à margem dos demais, por não falar a mesma língua da maioria. (Cananéa, 2019, p. 27).

Nessa perspectiva, é importante a criação de um ambiente de inclusão para o aluno surdo. A ênfase na interação e no desenvolvimento do aluno, respeitando suas particularidades e seu modo de percepção do mundo, é essencial. A citação também destaca o valor de metodologias adaptadas que levam em conta a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, mais importante, a necessidade de combater o preconceito e a exclusão que muitos alunos surdos enfrentam.

Para Freitas e Araújo (2020, p. 02) “o grande desafio na educação atualmente é oferecer um ensino que atenda alunos surdos e ouvintes, juntos, em sala de aula, e estabelecer para esses grupos a comunicação, ou seja, a Libras para os alunos surdos e a língua portuguesa para os ouvintes”. Pensando nisso, é papel dos professores utilizar metodologias integradas, como rodas de conversa bilíngues, onde haja o uso de sinais e palavras faladas simultaneamente, fortalecendo a interação entre os grupos e garantindo que todos participem ativamente.

A metodologia lúdica é uma das mais eficazes quando se trata do ensino de LIBRAS na Educação Infantil. As crianças nessa faixa etária aprendem melhor por meio do brincar, e essa abordagem se alinha perfeitamente com o desenvolvimento da linguagem, que é essencial para a construção do conhecimento. O uso de jogos, atividades de role-playing (dramatizações), músicas e brincadeiras visuais permite que a criança surda se aproprie da LIBRAS de forma natural e prazerosa.

Cananéa considera que:

“na linguagem oral (falada), também são apresentadas diferentes atividades que trabalham as linguagens corporal (dança), gestual (teatro) e todo tipo de linguagem que a criança aprende mesmo antes de usar a fala” (Cananéa, 2019, p. 30).

A ludicidade tem o poder de tornar a aprendizagem divertida, ao mesmo tempo que promove a interação entre as crianças surdas e ouvintes. As atividades devem ser planejadas de forma a promover a troca e a cooperação, como jogos de

tabuleiro com sinais, atividades de mímica, ou até mesmo competições de sinalização, que ajudam as crianças a internalizar os sinais de LIBRAS enquanto se envolvem com os colegas.

A aprendizagem na Educação Infantil precisa ser, em grande parte, visual e contextualizada, pois as crianças surdas naturalmente se beneficiam de estratégias que apelam para o visual. O uso de imagens, vídeos, ilustrações, expressões faciais e gestuais é essencial para facilitar a compreensão dos conceitos e conteúdos trabalhados na sala de aula. O ensino de LIBRAS não se limita à simples tradução de palavras, mas envolve a construção de significado a partir de contextos visuais, práticos e sensoriais.

Metodologias baseadas no uso de vídeos educativos e histórias contadas em LIBRAS podem ser ferramentas poderosas. Por exemplo, contações de histórias com o uso de fantoches ou bonecos, acompanhadas da tradução para LIBRAS, não apenas ajudam na aprendizagem linguística, mas também no desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças. A contextualização do ensino permite que a criança compreenda a relação entre os sinais de LIBRAS e o mundo ao seu redor, tornando o aprendizado mais significativo e relevante. Reily (2003 apud Correia; Neves, 2019, p. 7) “chama atenção para a importância da imagem no currículo de crianças surdas, atentando para a necessidade do letramento visual nas escolas, sugerindo que os educadores precisam fazer uma maior reflexão sobre o papel da imagem visual na produção do conhecimento”.

Ademais, para que as metodologias inclusivas sejam efetivas, é fundamental que os professores recebam uma formação continuada adequada. A capacitação em LIBRAS, bem como a sensibilização para as questões relacionadas à inclusão e à cultura surda, são requisitos imprescindíveis para que o ensino seja realmente inclusivo.

Em suma, a formação não deve ser limitada ao domínio da língua, mas também deve englobar aspectos pedagógicos, psicopedagógicos e culturais que permitam ao professor trabalhar de forma eficaz com a diversidade presente na sala de aula. Isso inclui a compreensão das necessidades específicas das crianças, estratégias para a adaptação do conteúdo curricular e a construção de um ambiente de aprendizagem que favoreça a comunicação e a participação de todos os alunos.

6. METODOLOGIA

6.1 Procedimento de investigação

Neste trabalho, foi utilizado o método de pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa, a fim de frisar a importância da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como mecanismo de inclusão de crianças com deficiência auditiva no ambiente escolar e ferramenta possibilitadora da interação entre crianças surdas e ouvintes no seu processo de desenvolvimento.

Gil destaca que:

“[...] nas pesquisas de cunho qualitativo, sobretudo naquelas em que não se dispõe previamente de um modelo teórico de análise, costuma-se observar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho torne-se significativamente mais complexa [...]” (Gil, 2002, p. 90).

Dito isso, foi-se utilizado para embasamento da pesquisa a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que assegura a oferta da educação bilíngue aos estudantes surdos na lei nº 14.191, desde a educação infantil e ao longo da vida, junto a outros autores importantes, dentre eles Augusto (2019), Mendonça et. al (2018) e Silva (2016).

6.2 Instrumentos de pesquisa

Como instrumentos de pesquisa, foi-se feito observação em sala de aula, diário de bordo e a aplicação de um questionário, de forma presencial, com as professoras e coordenadores pedagógicos. A inclusão será considerada como uma forma de compreender as singularidades dos alunos, visando seu crescimento e inserção social.

“Para coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas” (Gil, 2002, p. 114.115).

6.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos da turma do Jardim 1, do turno vespertino da Unidade de Ensino Plim-Plim, localizada na Rua Osvaldo Cruz, com uma amostragem de 20 alunos e 4 professoras, sendo elas a professora titular, duas professoras auxiliares e a intérprete. Esses alunos e professores participaram da pesquisa, de forma direta e indireta, permitindo a observação e análise do impacto do

ensino de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS em sua formação e interação no ambiente escolar.

6.4 Lócus da pesquisa

O lócus da pesquisa foi a Unidade de Ensino Plim-Plim, localizada no município de Bacabal - MA, na Rua Osvaldo Cruz, Centro, para observação de práticas inclusivas ou que estejam em processo de implementação dessas práticas, onde o público-alvo será composto por crianças surdas e ouvintes, professores da Educação Infantil e coordenadores pedagógicos.

6.5 Procedimento da análise

A análise dos materiais será realizada por meio do método conceitual-analítico, onde conceitos e ideias extraídos das fontes serão examinados e comparados. A técnica de análise de conteúdo será empregada para identificar e categorizar os principais temas e tendências discutidos nesse âmbito, com o objetivo de construir uma compreensão profunda sobre o papel da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS na Educação Infantil. A análise buscará identificar padrões e inferências que contribuam para a compreensão da importância e dos desafios do ensino de LIBRAS na Educação Infantil, bem como o impacto de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem.

“O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos após, ou juntamente com a análise pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente” (Gil, 2002, p. 125).

Este estudo visa contribuir para a reflexão sobre a inclusão de crianças surdas na Educação Infantil, destacando a importância do ensino de LIBRAS como parte integrante desse processo. Ao focar em uma abordagem bibliográfica, a pesquisa pretende reunir e sintetizar o conhecimento existente, oferecendo uma base sólida para futuros estudos e práticas pedagógicas que promovam a inclusão de maneira mais eficaz.

6.6 Diálogos com os resultados

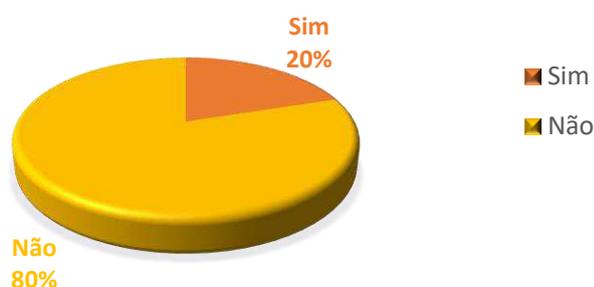
A pesquisa de campo deste trabalho foi realizada na Unidade de Ensino Plim-Plim, com observações realizadas ao longo de quinze dias na turma do Jardim I, no

turno vespertino. O objetivo foi analisar a interação entre a criança surda e as crianças ouvintes. Para isso, utilizou-se um diário de bordo a fim de registrar as observações. Além disso, um questionário foi aplicado às quatro professoras da turma e à coordenadora pedagógica da escola.

Entrevista com as professoras e coordenadora pedagógica

Gráfico 1 - Formação e capacitação para o uso da Libras.

VOCÊ JÁ RECEBEU ALGUMA FORMAÇÃO OU CAPACITAÇÃO PARA O USO DA LIBRAS (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS) NA EDUCAÇÃO INFANTIL?



Fonte: autora (2024)

O primeiro gráfico revelou que, das cinco pessoas entrevistadas, as quais equivalem a 100%, apenas uma afirmou ter recebido capacitação para o uso da Libras, a qual era a intérprete da sala. O baixo índice de formação básica, representado por apenas 20% dos participantes, reflete uma lacuna significativa na preparação profissional voltada para a educação inclusiva, especialmente na educação infantil. Essa falta de formação pode comprometer a efetiva inclusão de crianças surdas ou com deficiência auditiva, uma vez que os professores não se sentem preparados para utilizar a Libras como ferramenta de comunicação e ensino, como relatam os outros 80%.

Esse cenário evidencia a necessidade urgente de programas de capacitação continuada para os educadores, de modo a alinhar suas práticas pedagógicas à legislação que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda no Brasil, conforme a Lei nº 10.436/2002.

Assim, para garantir uma inclusão real e significativa dos alunos surdos na Educação Infantil, é indispensável que os professores recebam formação adequada e contínua. A ausência dessa formação cria barreiras comunicativas e pedagógicas, limitando o desenvolvimento das crianças surdas no ambiente escolar e reforçando a importância de políticas públicas que incentivem essa qualificação profissional.

Segundo Mantoan:

a Educação Inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como meio de assegurar que os alunos que apresentam alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular (Mantoan, 2003, p. 97).

Em suma, pode-se perceber que a formação inicial dos educadores da Educação Infantil no Brasil ainda não é suficiente para prepará-los de maneira efetiva para os desafios dessa etapa educacional. Apesar de, desde 2007, o Ministério da Educação (MEC) ter regulamentado a exigência de formação superior para os professores da educação infantil, muitos profissionais ainda têm uma formação limitada e muitas vezes não são preparados para lidar com as especificidades do desenvolvimento infantil, como a aprendizagem através do brincar, o estímulo ao desenvolvimento cognitivo e social, e a necessidade de adaptar os conteúdos para as crianças em suas diferentes realidades.

Gráfico 10 - Importância da Libras no currículo escolar.



Fonte: autora (2024)

De acordo com o segundo gráfico, todas as cinco professoras entrevistadas responderam que consideram muito importante a inclusão da Libras no currículo da educação infantil, mostrando que 100% das pessoas entrevistadas reconhecem a importância da LIBRAS no processo de formação dos alunos. Esse dado revela um consenso significativo entre os profissionais quanto à relevância da LIBRAS como um elemento essencial para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A percepção unânime das professoras reforça a ideia de que o ensino da LIBRAS desde a educação infantil é fundamental não apenas para o desenvolvimento linguístico e social das crianças surdas, mas também para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a empatia entre os alunos.

Apesar desse reconhecimento, é importante observar que o entendimento sobre a importância da Libras não se reflete, necessariamente, em uma prática consolidada, como foi identificado no gráfico anterior, em que apenas uma professora declarou ter recebido formação para o uso dessa língua.

“formar o professor na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino em todos os níveis. [...] A inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda (Mantoan, 2015, p. 81).

Isso reforça a necessidade de políticas públicas que garantam tanto a presença da Libras no currículo quanto a formação contínua dos professores, possibilitando a aplicação efetiva dessa percepção na realidade escolar. Assim, a inclusão da Libras pode deixar de ser apenas um ideal e se transformar em uma prática que assegura o direito à educação inclusiva e equitativa desde os primeiros anos escolares.

Gráfico 19 - Conhecimento para ensinar Libras.



Fonte: autora (2024)

De acordo com o terceiro gráfico, apenas uma professora (20%) respondeu sim à pergunta feita, sendo esta a intérprete de Libras. Três participantes (60%) afirmaram que não se sentem preparadas, enquanto uma (20%) respondeu que precisa de mais capacitação, conseguindo apenas ensinar o básico. Esses dados evidenciam uma dificuldade significativa entre os educadores em relação ao domínio da Libras, mostrando que a maioria não se sente preparada para utilizá-la de forma efetiva no contexto da educação infantil.

Essa situação reflete diretamente a falta de formação específica mencionada anteriormente, criando um cenário em que os professores reconhecem a importância da Libras, mas enfrentam barreiras reais para aplicá-la em suas práticas pedagógicas. Mesmo a professora que possui conhecimentos básicos demonstrou a necessidade de mais capacitação, o que reforça a urgência de investimentos na formação continuada dos educadores.

Segundo o MEC:

a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da Educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola (Brasil, 2005, p. 21).

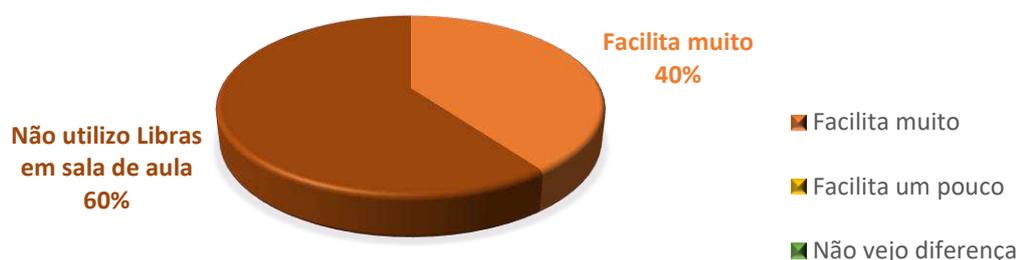
Portanto, a presença de um intérprete é importante, mas não pode ser a única solução para garantir a inclusão, pois todos os professores deveriam ser capazes de, ao menos, comunicar-se de maneira funcional em Libras. A falta de conhecimento suficiente entre os professores não apenas limita a inclusão efetiva das crianças surdas, mas também impede que a Libras seja integrada ao cotidiano da sala de aula, dificultando o desenvolvimento pleno dos alunos que dependem dessa língua para sua aprendizagem e socialização.

O avanço da formação continuada na rede municipal tem sido um passo importante para promover a inclusão, especialmente quando envolve não apenas os professores, mas também gestores e funcionários das escolas, ampliando a compreensão sobre as necessidades dos alunos surdos e as estratégias que devem ser adotadas. No entanto, a simples oferta de formação não é suficiente.

Logo, a escola deve ir além, facilitando ativamente a inserção dos alunos surdos, respeitando suas necessidades específicas de aprendizagem e garantindo que sejam atendidos de acordo com suas particularidades. Isso é assegurado legalmente, com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), que, entre outras diretrizes, reconhece a inclusão como um direito fundamental para todos os educandos, incluindo os surdos.

Gráfico 28 - Comunicação e aprendizado dos alunos com deficiência auditiva.

EM SUA EXPERIÊNCIA, O USO DE LIBRAS EM SALA DE AULA FACILITA A COMUNICAÇÃO E O APRENDIZADO DE ALUNOS SURDOS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA?



Fonte: autora (2024)

Como se pode observar, o quarto gráfico apresentou respostas que evidenciam desafios importantes. Três professoras (60%) afirmaram não utilizar Libras em sala de aula, justificando que não têm conhecimento suficiente dessa língua

e mencionando que, em sua percepção, é muito difícil para os alunos aprenderem a Libras. Por outro lado, uma das professoras e a coordenadora pedagógica (40%) responderam que o uso da Libras facilita muito a comunicação e o aprendizado de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

A ausência do uso da Libras entre a maioria das entrevistadas está diretamente relacionada à falta de formação mencionada anteriormente, mas também revela uma visão equivocada sobre a capacidade dos alunos surdos ou com deficiência auditiva de aprenderem essa língua. Esse tipo de percepção pode estar associado a uma falta de informação sobre o desenvolvimento linguístico da criança surda e sobre o papel fundamental que a Libras desempenha na construção de sua comunicação, identidade e aprendizagem.

Segundo Sasaki:

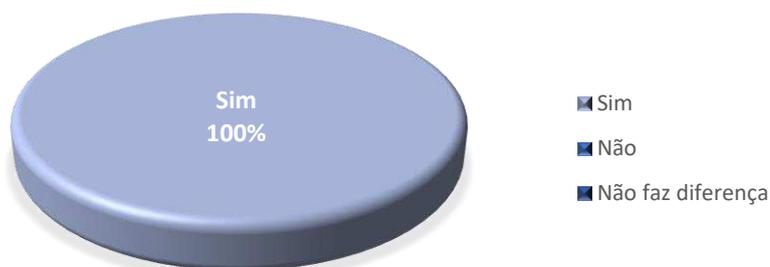
Educação Inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos, independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (Sasaki, 1998, p. 8).

Já as duas professoras que reconheceram os benefícios do uso da Libras (40%) ressaltam como sua aplicação em sala de aula facilita a interação e o desenvolvimento dos alunos surdos com os alunos ouvintes e vice-versa, confirmando sua importância como ferramenta inclusiva. Esse contraste entre as respostas demonstra a urgência de capacitação adequada dos educadores, tanto para que adquiram competência no uso da Libras, quanto para que compreendam sua importância no processo de ensino-aprendizagem das crianças surdas e ouvintes.

Portanto, esses dados evidenciam não apenas a necessidade de formação técnica, mas também a importância de uma sensibilização mais ampla sobre a Libras e o direito à educação inclusiva, garantindo que os professores estejam preparados para ensinar e incluir efetivamente os alunos surdos desde a educação infantil.

Gráfico 35 - Libras para alunos surdos e ouvintes.

VOCÊ ACREDITA QUE O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DEVE INCLUIR TAMBÉM ALUNOS OUVINTES?



Fonte: autora (2024)

De acordo com o quinto gráfico, todas as cinco pessoas entrevistadas (100%) afirmaram que sim, a LIBRAS deve ser ensinada de forma a abranger todos os alunos. Uma das professoras destacou que isso é muito importante, pois facilita a comunicação entre crianças surdas e ouvintes, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento das crianças, considerando que a interação no ambiente escolar, especialmente na educação infantil, é fundamental para a construção de habilidades sociais e cognitivas.

Essa unanimidade reflete uma compreensão por parte das professoras de que a Libras não deve ser vista apenas como uma ferramenta exclusiva para crianças surdas, mas como um recurso de inclusão que pode beneficiar todos os alunos. Ensinar Libras para crianças ouvintes não apenas promove a comunicação inclusiva e a convivência respeitosa com a diversidade, mas também estimula o desenvolvimento da empatia, da cooperação e do senso de pertencimento no grupo escolar.

O Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005, Art. 22) determina:

as instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns regulares de ensino abertas a alunos surdos e ouvintes para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação Profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Além disso, a presença da Libras como parte do currículo regular favorece a construção de um ambiente mais igualitário e preparado para a diversidade linguística, assegurando que as crianças surdas não se sintam isoladas ou excluídas durante as interações cotidianas.

Dessa forma, a inclusão da Libras para alunos ouvintes fortalece os princípios da educação inclusiva ao valorizar a diversidade como um aspecto essencial para o desenvolvimento pleno de todas as crianças na educação infantil.

Incluir a Libras no currículo da Educação Infantil para todas as crianças, e não apenas para aquelas surdas ou com deficiência auditiva, pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e sociais. Para as crianças ouvintes, o aprendizado de Libras oferece uma forma de comunicação alternativa e visual, o que pode ampliar sua percepção sobre as diferentes formas de se expressar e se comunicar. Além disso, aprender Libras desde cedo contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, em que o respeito às diferenças é fomentado desde a infância.

Por conseguinte, o ensino de Libras pode também facilitar a convivência entre crianças surdas e ouvintes, tornando o ambiente escolar mais acessível e promovendo uma integração verdadeira. Quando crianças ouvintes aprendem Libras, elas criam um ambiente mais acolhedor e favorecem a participação ativa dos colegas surdos, sem a necessidade de dependência de intérpretes ou outras formas de adaptação. Isso ajuda a quebrar barreiras de comunicação e reforça o conceito de que todos têm o direito de se expressar e ser ouvidos. Os dados reforçam, portanto, a importância de políticas educacionais que considerem a Libras como parte integral do processo pedagógico, envolvendo não apenas crianças surdas, mas toda a comunidade escolar.

A interação entre a criança com deficiência auditiva e as crianças ouvintes

Durante o período de 15 dias, foi possível observar, na Unidade de Ensino Plim-Plim, a interação entre a criança que apresentava um grau de surdez parcial com as crianças ouvintes da turma Jardim 1 B, durante o turno vespertino, onde estas tinham uma faixa etária de quatro anos. Nesse contexto, havia uma criança com deficiência auditiva, que não é completamente surda, mas que necessitava de um certo auxílio da professora intérprete para se comunicar.

Todavia, essa criança não possui um laudo formal que a identifique como surda, e seus pais não aceitam que ela utilize Libras e que as professoras se comuniquem com ela através da Língua de sinais. Como resultado, a utilização de Libras com ela era limitada, o que restringia as opções de comunicação e inclusão em sala de aula.

No que diz respeito à interação da criança surda com os colegas ouvintes, observou-se que, apesar das dificuldades, a comunicação era possível. Embora a criança tivesse algum nível de dificuldade para se expressar ou compreender, ela conseguia interagir com os outros alunos, que demonstraram um esforço em se comunicar com a criança também. Em alguns momentos, o uso de sinais informais e gestos por parte das crianças ouvintes ajudava na compreensão mútua. Isso mostra que, mesmo sem o uso efetivo de Libras, a interação era viável, mas com limitações que poderiam ser superadas com um maior uso da linguagem de sinais.

No caso da interação da professora com a criança surda, foi possível perceber que, durante as atividades pedagógicas, nenhuma das professoras não utilizavam Libras com a aluna. Ela se comunicava principalmente por meio de comandos orais, e a criança, estando mais próxima da professora, conseguia escutar e entender os comandos. Essa abordagem mostrou-se limitada, pois, embora a aluna compreendesse as instruções em alguns momentos, o uso da Libras poderia facilitar a comunicação, promovendo uma maior inclusão e acesso ao conteúdo de maneira mais plena.

A observação também incluiu a análise de como as crianças aprendiam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante as atividades propostas pela escola. Nos três dias em que se dedicou ao ensino da Libras, foram utilizadas abordagens que envolviam recursos visuais e musicais, além da ajuda das professoras e da intérprete.

No primeiro dia, as crianças aprenderam saudações simples, como "bom dia", "boa tarde", "boa noite" e "oi" com o manejo das professoras e o auxílio de audiovisuais. No segundo dia, o foco foi ensinar uma cantiga infantil, a música dos cinco patinhos, onde a professora fazia os gestos correspondentes a música e as crianças acompanhavam, de modo que elas pudessem associar os sinais as palavras cantadas. No terceiro dia, os números foram abordados com o auxílio de imagens que foram expostas no quadro branco. Durante essas atividades, foi possível observar que as crianças demonstraram um grande interesse em participar quando a música e os recursos visuais estavam presentes. As imagens e as músicas ajudaram a prender a atenção das crianças e a tornar o aprendizado mais dinâmico e envolvente.

Além disso, as crianças se mostraram mais dispostas a participar e a demonstrar o que aprenderam, frequentemente compartilhando com os colegas os sinais que haviam aprendido. Isso indicou que, mesmo com a faixa etária de quatro anos e as dificuldades típicas dessa fase, as crianças conseguiram aprender de maneira significativa por meio de atividades lúdicas e interativas. Foi visível o entusiasmo das crianças ao praticar os sinais e ao observar as reações positivas de seus colegas, o que reforça a importância de se adotar métodos pedagógicos que favoreçam a aprendizagem por meio do prazer e da interação.

A experiência observada sugere que, para crianças pequenas, a utilização de recursos audiovisuais e lúdicos é uma estratégia eficaz para o aprendizado de Libras, especialmente quando é aplicada de forma regular e dinâmica. Além disso, destaca-se a necessidade de inclusão da Libras no contexto escolar como uma ferramenta de comunicação essencial para garantir que todas as crianças, incluindo as surdas, tenham a oportunidade de participar plenamente da vida escolar.

Segundo Bayer:

a escola que se pretende inclusiva em cujo espaço não existiam campos demarcados, do tipo aqui estão os alunos "normais" e ali os "especiais" ou os "incluídos", como se executa com frequência, põe em construção uma pedagogia que não é nem diluída, face às necessidades educacionais especiais de alguns alunos, nem extremamente demarcada ou terapêutica, em que se acaba por acentuar as distinções pessoais (Bayer, 2006, p. 75-76).

No entanto, a limitação no uso da Libras com a criança surda observada nesta turma, devido à resistência dos pais, destaca um aspecto importante: a inclusão educacional vai além do espaço escolar. Ela envolve também questões familiares e sociais que precisam ser trabalhadas para garantir que o direito à comunicação e ao

aprendizado seja plenamente efetivado para todos. A resistência de alguns familiares em aceitar a Libras como meio de comunicação para a criança, por exemplo, evidencia como a inclusão depende de uma abordagem mais ampla, que envolva a conscientização e a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

As atividades observadas durante os 15 dias de estudo representam um passo importante na criação de um ambiente mais inclusivo e acessível, especialmente ao se utilizar a Libras de maneira lúdica e criativa. As interações entre as crianças ouvintes e a criança surda mostram que, mesmo com desafios, há espaço para a adaptação do ensino a diferentes necessidades. No entanto, essa prática precisa ser expandida e sustentada, para que a inclusão seja mais do que um esforço pontual, tornando-se uma prática constante na rotina escolar.

Para que isso aconteça, é crucial que a escola e a comunidade educativa como um todo se comprometam com a adoção plena da Libras como meio de comunicação para todos. Isso implica não apenas no uso da Libras em atividades formais de ensino, mas também em uma transformação cultural dentro da escola, onde todos, educadores, alunos e famílias, reconheçam a importância da Libras como instrumento fundamental de acesso à educação e à cidadania para os alunos surdos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a Educação Inclusiva, com foco no ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação Infantil, revela a importância de adotar práticas pedagógicas que realmente promovam a inclusão social, educacional e cultural das crianças surdas no ambiente escolar. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que a inclusão de alunos surdos não se resume à simples matrícula e presença na escola regular, mas envolve uma série de estratégias metodológicas que garantem o aprendizado eficaz e a valorização da identidade surda. A LIBRAS, como língua materna das crianças surdas, deve ser reconhecida como parte fundamental do processo educativo, proporcionando um ambiente bilíngue que favorece a comunicação e a construção de um conhecimento mais acessível e equitativo.

Os objetivos propostos foram, em grande parte, atingidos, mas com algumas limitações que merecem atenção. Em relação ao objetivo de conhecer o ensino da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil como proposta de uma educação

mais inclusiva, foi possível observar que a Libras foi inserida em atividades com as crianças surdas e ouvintes por meio de música, imagens e interação lúdica, demonstrando um esforço em integrar a linguagem ao contexto educacional. No entanto, a resistência dos pais da criança com deficiência auditiva quanto ao uso da Libras revelou barreiras significativas que comprometem a implementação plena de uma educação inclusiva. Isso indica que, embora tenha sido possível compreender a proposta e os desafios relacionados à Libras, há limitações estruturais e culturais que dificultam a sua aplicação prática.

No que se refere ao objetivo de entender como se desenvolve o ensino da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil, com foco nos alunos do Jardim I do turno vespertino, foi possível alcançá-lo de forma satisfatória. As observações realizadas ao longo das semanas, em específico, a que foi aplicada atividades com o uso da LIBRAS, permitiram identificar as estratégias adotadas para ensinar a Libras às crianças surdas e ouvintes, como as atividades com saudações, vogais e números. Os métodos lúdicos, que utilizaram recursos visuais e musicais, foram fundamentais para engajar os alunos e facilitar o aprendizado. As crianças demonstraram entusiasmo e interação durante as atividades, reforçando a eficácia dessas abordagens no ensino da Libras para essa faixa etária.

Ao refletir sobre a Educação Inclusiva a partir do processo de ensino da Língua Brasileira de Sinais e seu impacto na formação dos alunos, percebe-se que a iniciativa teve um impacto positivo na interação e no aprendizado das crianças ouvintes. Elas se mostraram dispostas a compartilhar os sinais aprendidos, promovendo um ambiente colaborativo.

Visto isso, o ensino da LIBRAS na Educação Infantil deve ser tratado como um elemento central no processo de inclusão. Por meio de metodologias lúdicas, que utilizam brincadeiras, jogos e dinâmicas, é possível proporcionar uma aprendizagem significativa e divertida, favorecendo a interação entre as crianças surdas e ouvintes, visto que a interação nesta etapa infantil é um dos principais fatores que colaboram para o desenvolvimento da criança.

O trabalho pedagógico deve ser voltado para o desenvolvimento de habilidades linguísticas, sociais e cognitivas, garantindo que ambas as partes — surdos e ouvintes — possam se comunicar de forma fluida e empática. Ao se tornar parte do ambiente escolar de maneira natural e envolvente, a LIBRAS não só facilita

o aprendizado, mas também contribui para a construção de um ambiente mais respeitoso e inclusivo, onde as diferenças são valorizadas e respeitadas.

Além disso, a convivência diária entre alunos surdos e ouvintes em sala de aula, mediada pelo ensino de LIBRAS, desempenha um papel crucial na desconstrução de preconceitos e na promoção do respeito à diversidade. É importante que a escola se comprometa com a formação contínua de seus professores, garantindo que estes possuam as ferramentas possíveis para aplicar metodologias inclusivas de forma eficaz. A capacitação dos educadores não apenas no domínio da LIBRAS, mas também na compreensão da cultura surda e das necessidades específicas dos alunos, é um ponto essencial para o sucesso de qualquer política educacional inclusiva.

Porém, apesar dos avanços legislativos e das diretrizes educacionais que promovem a inclusão, ainda existem desafios importantes a serem enfrentados, principalmente no que diz respeito à implementação plena dessas políticas nas escolas. A falta de estrutura, a deficiência de profissionais capacitados e a resistência de alguns setores da sociedade são obstáculos que dificultam a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva. Portanto, é fundamental que o processo de inclusão pública na Educação Infantil seja acompanhado de políticas eficazes, que promovam tanto a capacitação dos professores quanto a adaptação das escolas para que se tornem ambientes acessíveis e acolhedores para todos os alunos, surdos e ouvintes.

Em resumo, a inclusão escolar de crianças surdas, com o ensino da Língua Brasileira de Sinais, representa um avanço importante para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A efetividade desse processo depende do comprometimento de toda a comunidade escolar, da adequação das práticas pedagógicas às necessidades de cada aluno e da valorização da diversidade como um elemento enriquecedor para todos.

Somente por meio de um esforço conjunto, que envolva educadores, famílias e políticas públicas, será possível garantir uma educação que respeite os direitos e as identidades das crianças surdas, proporcionando-lhes as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizado que os demais alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vanessa Cristina. **A Formação de Professores Ouvintes Para o Ensino Bilíngue (Libras/ Português) de Crianças Surdas nas Escolas Inclusivas.** A Interlocução de Saberes na Formação Docente, v.3, p.1- 7. Ponta Grossa - PR, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

AUGUSTO, Vanessa Cristina. **A Importância do Ensino de Libras para Ouvintes no Curso de Pedagogia.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) -Centro Universitário do Sul de Minas – Unis/Mg. Varginha, 2019.

BARBOSA, Sândala. QUARESMA, Soraya. **A importância do ensino de Libras – Língua Brasileira de sinais no contexto escolar.** Recanto das Letras. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3022214>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BERTHIER, F. Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée. In Lane, H. e Philip, F. **The deaf experience: classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984. (Texto originalmente publicado em francês em 1840).

BEYER, Hugo Otto. **Da integração escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas.** In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 75-76.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010.** Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, n. 5692.** Brasília, DF: MEC, 1971.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Decreto-Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CANANÉA, Leandro Batista. **O Uso da Libras na Educação Infantil: Uma Experiência Inclusiva no Projeto Aponte.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2019.

CORREIA, Patrícia Carla da Hora; NEVES, Barbara Coelho. **A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica.** Revista Educação Especial, v. 32, 2019, p. 01-19. Santa Maria, 2019.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macêdo. **Atendimento Educacional Especializado.** SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007 45p.

FREITAS, Guilherme Gonçalves. ARAÚJO, Marco André Franco de. **Interdisciplinaridade na Educação de Crianças Surdas e Ouvintes: Uma Proposta de Atividades Envolvendo Libras e Meio Ambiente.** Revista Educação Pública, v.20, nº 37, 29 de setembro de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Editora Atlas. 6. ed. – São Paulo, 2008.

GIL, Antônio Carlos, 1946-. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Aguiar Silva Araújo. **“O Ensino da Libras na Educação Infantil: Uma Proposta Lúdica para Crianças Surdas e Ouvintes”.** Idonline. Disponível em: <file:///C:/Users/COMPUTADOR1/Downloads/2862-Texto%20do%20Artigo-7907-11639-10-20201230.pdf>. Acesso em: 02 de Jul de 2024.

KUBASKI, C; Moraes, V. P; **O Bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas;** IX Congresso nacional de educação- EDUCERE; III Encontro sul brasileiro de psicopedagogia; PUCPR, 2009.

LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p

LIMA, Aline Guimarães; BARBOSA, Ana Rita de Cássio Santos. **O Ensino de Libras Para Crianças Ouvintes: Uma Experiência na Educação Infantil.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Bahia, 2019.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

LULKIN, S. A. **Atividades dramáticas com estudantes surdos.** In: SKLIAR, C. (Org.) Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. 50p.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MAZZOTTA, Marcos. J. Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

MEC. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez.** [4. ed.] / elaboração prof.^a Daisy Maria Collet de Araújo Lima –Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.89 p.: il.

MEC. Educação infantil: **saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez.** [4. Ed.] / elaboração prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. Al.]. – Brasília : MEC.

MENDONÇA, Lorena Medeiros et al. **A Importância Da Libras Como Componente Curricular Na Educação Básica.** Revista Educação: Saberes e Práticas, v. 7, n. 1. Brasília, 2018.

Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001.** Brasília DF, 2001.

Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20 de 11 de novembro de 2009.** Brasília DF:MEC, 2009.

NEVES, José Luiz. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, n.3, 2º. sem./1996.

NETO, Francisco de Acací Viana. **Letramento Visual: Uma Percepção da Aprendizagem de Alunos Surdos No Ensino Médio.** Monografia (Licenciatura em Letras Libras) - Universidade Federal Rural do Semiárido. Caraúbas – RN, 2019.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania.** 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014. 188p.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras.** Revista Diálogos & Saberes, v. 8, n. 1, 2012.

REILY, L. H. **As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares surdos.** In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. (Orgs.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. Cap. IX (pp.161-192). São Paulo: Plexus, 2003 apud.

ROCHA, Paul Symon Ribeiro; LIMA, Rommel Wladimir de; QUEIROZ, Paulo Gabriel G.; **Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Uma**

Revisão Sistemática da Literatura. Revista Brasileira de Informática na Educação, v.26, n.3, p. 40-60, mar.-set. 2018.

RODRIGUES, Sara; PRADO, Rosana. **O Ensino de Libras como Segunda Língua para Crianças Ouvintes na Escola Regular: Um Possível Caminho para a Inclusão de Alunos Surdos.** In: LIMA, Neusa Rejane Wille et al. (Orgs.). Ponto de Vista em Diversidade e Inclusão, v.04. Rio de Janeiro, 2018. Cap. 10, p. 81-87.

SASSAKI, Romeo Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década.** *Mensagem*, Brasília, v. 34, nº 83, p. 29, 1998.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: Memória, história e perspectivas de pesquisa.** Tempo vol.13 no.2. Niterói, 2009.

SILVA, Kátia Gomes de Oliveira; MODESTO Adélia Pereira dos Santos; FUKUI, Regina Kikui. **A Importância do Ensino de Libras para Crianças Surdas na Educação Infantil.** Revista Psicologia & Saberes, v. 9, n. 17, p. 50-60, 2019.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Danielle Sousa da; Monteiro, Rosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique. **Inclusão Escolar: Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez.** Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 38 nº3, p. 465-480, 2018.

SILVA. Valquíria da Conceição. **A importância do lúdico para o ensino-aprendizagem de alunos surdos.** Revista Somma. Teresina, 2016 p.54.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil.** Cad. CEDES vol.20 no.51 Campinas Nov. 2000.

TORRES, André Henrique Furtado, CRUZ, Eva da Cruz; HENRIQUE, Victor Hugo de Oliveira. **Libras na Educação Infantil: Diálogos necessários para uma Educação Inclusiva.** Atenas Editora. Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2, v.2, p. 124-133, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso: 13 dez 2024.

VICENTINO, Cláudio. **História geral: Idade média, moderna e contemporânea incluindo pré-história, Grécia e Roma.** 5. ed. São Paulo: Scipione, 1994. 351 p.

APÊNDICE

Questionário: A importância da Libras na formação dos alunos na Educação Infantil.

1. Você já recebeu alguma formação ou capacitação para o uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais) na educação infantil?

- Sim 20%
- Não 80%
- Parcialmente

2. Na sua opinião, qual é a importância da inclusão da Libras no currículo da educação infantil?

- Muito importante 100%
- Moderadamente importante
- Pouco importante
- Não acho necessário

3. Você sente que tem conhecimentos suficientes para ensinar e utilizar Libras em sala de aula?

- Sim 20%
- Não 20%
- Preciso de mais capacitação 60%

4. Em sua experiência, o uso de Libras em sala de aula facilita a comunicação e o aprendizado de alunos surdos ou com deficiência auditiva?

- Sim, facilita muito 40%
- Facilita um pouco
- Não vejo diferença
- Não utilizo Libras em sala de aula 60%

5. Você acredita que o ensino de Libras beneficia apenas alunos surdos ou também alunos ouvintes na educação infantil?

- Sim 100%
- Não
- Não vejo diferença